

O FIM DA GUERRA FRIA E AS PERSPECTIVAS GEOPOLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS PARA O BRASIL FRENTE À CRISE DA SEGURANÇA HEMISFÉRICA (1991-2001)

Ricardo Pereira Cabral

Introdução:

Nesta pesquisa, à luz da História Comparada, estudaremos as perspectivas geopolítica e geoestratégica dos EUA e do Brasil a respeito da Segurança Hemisférica do continente americano no cenário mundial aberto pelo fim da Guerra Fria na década de 1990, o que implicará num trabalho minucioso de precisão das noções operativas de segurança e defesa que nortearam direta ou indiretamente a elaboração da política externa do Brasil em relação à América do Sul e aos EUA. Tal recorte conjuntural permitir-nos-á perceber um momento singularmente contrastante de impossibilidade para a construção de uma estratégia comum de segurança para o continente americano.

Desde os primeiros momentos da Coexistência Pacífica e, posteriormente, com o fim da Guerra Fria, a percepção da América do Sul na ótica geopolítica brasileira deixou de ser aquela de um espaço integrado para todas as Américas – e subordinado a uma lógica de confrontação global bipolar – para tornar-se aquela de um *espaço reservado* política, diplomática e militarmente de possíveis ameaças globais.¹ Isso pode ser percebido a partir de dois marcos conjunturais anteriores ao recorte proposto: a crise dos mísseis (1962) e a Guerra das Malvinas (1982).

Frente à fragilidade econômica e militar do Brasil em relação às superpotências militares da Guerra Fria, o seu posicionamento depois da crise dos mísseis foi de afastamento dos principais eixos de circulação e linhas de tensão dos antagonismos internacionais, uma vez que ficou patente um potencial envolvimento em conflitos que não diziam respeito diretamente à segurança do Brasil na América do Sul, além de ficar evidente que o Brasil não teria voz nenhuma em qualquer negociação dissuasiva. Daí a proposta brasileira feita à ONU de criação de uma “Zona Livre de Armas Nucleares na América Latina”, em 1962, o que conseqüentemente atendia também aos interesses da estratégia de contenção dos EUA.

Vinte anos depois, a Guerra das Malvinas nos serve como outro referente para se pensar como, num contexto de “aquecimento” da Guerra Fria sob a administração de Ronald Reagan (1981-1989), uma perspectiva continental hemisférica de segurança foi

¹ MONTEIRO, Raymundo Guarino. Uma percepção sobre a defesa e a segurança hemisférica. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da ESG, 2001.

posta em segundo plano em relação aos interesses bilaterais dos EUA com a Grã-Bretanha, malgrado os mais de vinte anos de atuação de muitos governos da América Latina em associação com órgãos de inteligência norte-americanos no combate às guerrilhas de esquerda sustentadas pela União Soviética através de Cuba. Frente à crise diplomática aberta entre Argentina e Grã-Bretanha, os EUA recusaram-se a convocar o TIAR para resolver a questão, alegando que os argentinos tinham invadido território britânico. O Brasil, ainda que de maneira limitada, apoiou os argentinos com material bélico e serviço de inteligência. Tornou-se claro que as alianças norte-americanas tinham uma gradação e que o Teatro do Atlântico Norte era bem mais importante nessa conjuntura para os interesses estratégicos dos EUA. Portanto, deve-se considerar o peso conjuntural das várias políticas específicas – da Doutrina Monroe (1823) à Área de Livre Comércio das Américas – no sentido de delimitar o continente como espaço de influência norte-americano.

A acentuação da crise do bloco socialista na década de 1980 – que culminou com o fim da União Soviética e da bipolaridade em 1991 – e os processos de redemocratização latino-americanos abriram espaço para novas iniciativas brasileiras em política de desarmamento e limitação de conflitos regionais através da solução negociada, como demonstram a criação da “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” em 1986, a declaração de Mendonza, em 1990, proibindo o uso de armas químicas e biológicas, a instituição da “Zona de Paz Sul-Americana”, em 2000, e a abdição da fabricação de armas nucleares pelo Brasil e pela Argentina, em 2001.

No entanto, à medida que o “perigo comunista” retrocedia como ameaça global, novos perigos foram postos em pauta para justificar possíveis interferências dos EUA na América Latina, estabelecendo um eixo de continuidade entre narcotráfico e terrorismo (islâmico ou não), que nas regiões de maior tensão social na América Latina acabaram por nivelar experiências de guerra de libertação ou movimentos organizados de contestação a ações terroristas, ao mesmo tempo em que se acirrou ainda mais um fechamento das fronteiras para a entrada de estrangeiros e se impingiu aos demais países da América Latina o receituário neoliberal de abertura econômica e financeira para o capital externo, redução dos gastos sociais e do peso do Estado na economia.² É paradigmático que o Consenso de Washington tivesse ocorrido no mesmo ano (1989)

²BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “A Guerra Contra o Terror: Petróleo e Armamentismo”. In **Espaço Acadêmico**, n.16, Ano II, setembro de 2002; BONIFACE, Pascal. *Les Guerres de Demain*. Paris: Seuil, 2001.

em que os EUA fizeram a sua intervenção no Panamá para prender o seu antigo preposto, o general Noriega, alegando convenientemente o seu envolvimento com o narcotráfico como lesivo para a segurança dos EUA.

À minimização do Estado e à desregulação da economia dos países Latino-Americanos esteve ligada a diminuição do efetivo das forças armadas, ou a sua simples descaracterização como instituições ligadas à Defesa e Segurança, uma vez que foram reduzidas em algumas regiões à função de milícias responsáveis pela ordem interna – coisa impensável em solo norte-americano –, particularmente naquelas em que guerrilha e narcotráfico eram realidades inextrincáveis. O aumento da pobreza durante as décadas de 1980 e 1990 apenas serviu para alimentar a instabilidade política e institucional em vários países da América Latina, parecendo justificar o deslocamento de efetivos das forças armadas para atividades estritamente policiais.

Além do problema já crônico do narcotráfico e das lutas camponesas na região amazônico-andina, durante a década de 1990 novos princípios transnacionalizantes foram tomando força para justificar potenciais interferências extra-regionais na região: preservação do meio ambiente; salvaguarda de direito de minorias culturais que, no caso específico da região, são as comunidades indígenas; declarações que tratam a Amazônia como área de preservação mundial ou patrimônio ecológico internacional.³ No que se refere estritamente ao papel das Forças Armadas, o enfoque aqui proposto demonstrará a importância de se criar um dispositivo de segurança coletivo amplo na América do Sul de modo a dotar as Forças Armadas locais de uma capacidade dissuasória e, assim, desestimular interferências extra-regionais, o que seria uma forma de responder à falência institucional do TIAR. Devemos considerar que, enquanto o governo norte-americano pretendeu utilizar o TIAR como uma ferramenta na luta antiterror – tal como foi proposto à OTAN em 2002 –, a posição do governo brasileiro era de enquadrar as ações antiterror dentro dos limites jurídicos e institucionais previstos no Tratado de modo a reduzir o campo de potenciais justificativas de intervenção dos EUA na região.

No entanto, não se deve ignorar as dificuldades de se elaborar uma agenda única a respeito da segurança hemisférica devido às disparidades entre as economias sul-americanas, à fragilidade econômica (que leva a um modesto inventário para suas forças armadas) – e, conseqüentemente, uma redução prática de seu poder dissuasório –, à inexistência de um inimigo externo comum e à combinação da pressão de forças

³ LAMIZIÈRE, George. “Cooperação político-militar na América do Sul”. In **Política Externa**, vol. 9 (nº 4). São Paulo: Paz e Terra, 2001. pp.42-48; BONIFACE, *Ibidem* Op. cit., pp.107-113

transnacionalizantes políticas e sociais (narcotráfico, imigração, terrorismo, agressão ao meio ambiente e direitos humanos) com aquelas da globalização do capital especulativo, marca do Consenso de Washington⁴, que tornam países vizinhos em viscerais inimigos na disputa por taxas de juros que possam atrair a sua entrada no giro de suas economias⁵.

Conjuntura Internacional

As transformações ocorridas no cenário mundial a partir do fim da União Soviética fizeram surgir uma Nova Ordem Mundial caracterizada pela multiplicidade de níveis de conflitos, cuja existência não era nova, mas simplificada ou posta em segundo plano em função do campo bipolar do principal eixo de tensão mundial que caracterizou a Guerra Fria. Assim, (re)descobriu-se na década de 1990 um mundo bem mais complicado a combinar de maneira inédita unilateralismo norte-americano e negociações multilaterais *à la carte*.⁶

Como recorrentemente se apregou o “fim das ideologias” (socialistas) juntamente com a “história”, constituiu-se um novo campo de simplificações sobre a compreensão das relações entre Estados, entendidas agora como disputas por mercados e arbitramento de caráter estritamente econômico a partir de organismos internacionais específicos em que todos seriam teoricamente livres, mas na prática sem voz atuante no cenário.⁷ O fim do Bloco Socialista significou, portanto, o triunfo de argumentos sobre o neoliberalismo como único rosto civilizacional possível para o “Ocidente”, desqualificando todo regime ou instituição nacional ou internacional que pudesse resistir ao modelo proposto pelo Consenso de Washington.⁸

O campo de discussão assim constituído para se entender a relação entre Estados acabou por deixar de fora uma série de outras variáveis que compõem a existência dos mesmos e que um enfoque geopolítico e geoestratégico não poderia ignorar: população, massa crítica, cultura, recursos naturais, disposição física do território, desenvolvimento

⁴SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. “Consenso de Washington”. In **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2000. pp. 95-96

⁵HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. pp.171-176

⁶LELLOUCHE, Pierre. *Le Nouveau Monde: de l'ordre de Yalta au désordre des nations*. Paris: Bernard Grasset, 1992.

⁷BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. pp.169-183

⁸MANSILLA, H.C.F.. “O dilema da identidade nacional e do desenvolvimento autóctone em uma era de normas e metas universalistas”. In **Estudos Históricos**, vol. 5. Rio de Janeiro: FGV, 1992(9): pp. 60-74; HUNTINGTON, Samuel P.. “**The Clash of Civilizations?**”. In *Foreign Affairs*, 1993. 28p. (www.lander.edu)

econômico e a combinação desses fatores com o inventário das forças armadas e dos serviços de segurança.

Justamente por se aceitar um viés estritamente econômico – e, com isso, reproduzindo o campo ideológico hegemônico de legitimação da Nova Ordem Mundial – para se entender as relações entre Estados, acabou-se por se deixar de lado em muitas análises aqueles elementos que nos ajudariam a entender porque, numa conjuntura internacional de hiperpotência, o patente unilateralismo dos EUA não pode sobreviver sem negociações multilaterais ou bilaterais associadas a novas justificativas de intervenção: direitos humanos, tráfico de drogas, terrorismo, imigração, restauração da democracia ou direitos civis, ameaças externas ao “american way of life”, “eixo do mal” etc. Em casos como estes, a limitação para a ação é bem evidente: a população (interna e externa) e sua massa crítica (convencê-la sobre a necessidade dos gastos militares e perdas humanas).

Todas essas considerações demonstram a pertinência de um enfoque geopolítico e geoestratégico⁹ para se pensar modelos alternativos de interpretação do papel do Brasil como âncora regional na América do Sul e suas relações com a hiperpotência norte-americana na década de 1990 e, assim, entender de uma forma menos unilateral e simplificada como se estruturou uma nova conjuntura singular de crise para um projeto comum de segurança continental. O estudo da crise da Segurança Hemisférica na década de 1990 à luz de teorias geopolíticas e geoestratégicas nos permite perceber que há margens de negociação para uma inserção hemisférica mais equilibrada do Brasil, pois a segurança pressupõe uma correlação de fatores que atravessam e ultrapassam aqueles estritamente econômicos e militares. O Brasil possui um potencial humano e natural enorme de crescimento ainda mal aproveitado ou desperdiçado, ao mesmo tempo em que não possui em seu passado recente um histórico de pretensões imperialistas, diferentemente dos EUA.

Considerações Teóricas

Em fevereiro de 1978, durante o seu curso no *College de France*, Michel Foucault lançou para si mesmo o desafio de estudar a relação entre segurança,

⁹Geopolítica, segundo Everardo Backheuser, é a política estabelecida em decorrência das condições geográficas. Geoestratégia, segundo Roberto Mafra, é a arte de preparar e aplicar o poder para a conquista e a manutenção de objetivos políticos em decorrência das condições geográficas. (Apud: MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: Introdução ao Estudo**. Rio de Janeiro: ESG-Departamento de Estudos [LS 838/02; DAInt], 2002).

população e governo, e como surgiu historicamente a temática da população a sobrepor aquela do território e das leis na arte de governar, superando, pois, o modelo da casa (*oikonomos*). A tal processo chamou de história da governamentalidade, em que a economia deixa de ser um modelo de governo para se tornar um nível específico da realidade – um *locus* de intervenção para o governo¹⁰. Desde o século XVIII, tornou-se evidente que os fatores que interferiam na reprodução e crescimento da população ultrapassavam em larga medida a capacidade interpretativa do modelo do *oikos*. No entanto, o processo histórico que esvaziou o papel da família como modelo de governo para o Estado foi o mesmo que a retomou como o principal alvo e meio de controle do Estado governamentalizado sobre a sociedade.¹¹

Nesse sentido, considerando tal idéia numa perspectiva mundial, podemos afirmar que uma autoridade extra-local ou supra-regional pressupõe alguma forma de enraizamento ou localização de seus dispositivos de segurança. Ora, tal pressuposto por si só já demonstraria que há fatores de limitação espacial, enquadramento e negociação para as decisões de qualquer governo que ultrapassam a capacidade explicativa de um enfoque estritamente econômico¹². Para o desenvolvimento de nosso enfoque sobre o tema, tais fatores estão contidos nas noções de *espaço geopolítico* – conjunto de componentes físicos e sociais de um Estado que condicionam a sua capacidade de atuação em campo externo – e *espaço geoestratégico* – conjunto de componentes físicos e sociais no âmbito da soberania de outros Estados que afeta a capacidade de ação de um Estado¹³.

Tais considerações permitem-nos situar criticamente as categorias que norteiam a interpretação das relações entre Estados na década de 1990 e, assim, evitar simplificações conjunturais ou sujeições acríticas a discursos teóricos ou esquemas de análises unitários¹⁴ – como aqueles contidos nas noções de *Globalização* e *Unilateralismo* – quando se avalia a *capacidade de um grupo específico de países de circunscrever o campo de ação e escolha de outros*, que é a noção mais abrangente de

¹⁰ FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade”. In **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995. pp.277-293

¹¹ FOUCAULT, Michel. “O Nascimento da Medicina Social”. In **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995. pp.79-98.

¹² HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. pp.117-119 e 163-176

¹³ CÔRTEZ, Marcos Henrique C.. *Fundamentos das Relações Internacionais e Conceitos de Atuação no Campo Externo*. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da ESG, 2002. [LS 837/02 DAInt]

¹⁴ AZÉMA, Jean-Pierre. “A Guerra”. In **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/FGV, 1996. pp.401-435; SANTOS, Boaventura Souza. “Por uma concepção multicultural dos direitos humanos”. In **Identidades: Estudos de Cultura e Poder**. São Paulo: Hucitec, 2000. pp. 21-26

poder da qual partimos para operar especificamente com a idéia de *projeção de poder*, cujo entendimento é fundamental para se analisar qualquer projeto hemisférico de segurança e defesa e as tensões específicas na sua consecução.

Em termos estratégicos, uma *política de defesa* corresponde ao estabelecimento de um conjunto de objetivos a orientar formas de conquista ou manutenção do poder nacional, buscando-se superar ameaças e agressões de origem interna ou externa contra a *segurança* e o *desenvolvimento* de um país. Entretanto, estas duas noções praticamente se confundem quando se trata de *segurança nacional*, uma vez que esta última relaciona-se tanto com a garantia necessária e indispensável a uma sociedade contra ameaças externas que comprometam a sua soberania por afetar seus meios de sobrevivência e, conseqüentemente, suas instituições e modo de vida¹⁵, quanto com a proteção da sociedade contra ameaças internas, sejam aquelas que coloquem em perigo a continuidade de suas instituições e modo de vida mas que se relacionam estritamente com questões do âmbito da polícia política¹⁶, sejam aquelas que comprometam diretamente a soberania nacional por potencialmente justificar que recaia sobre um Estado a *projeção de poder* de outro¹⁷.

Para a conjuntura aqui considerada de dilemas na abordagem da crise da segurança hemisférica, é possível fazer uma sobreposição de dois esquemas de análise de poder pensados por Foucault de modo a torná-los ferramentas de análise alternativas às abordagens que partem de uma concepção de poder estritamente “funcionalizado” pela economia, são eles: o esquema contrato-opressão e o esquema guerra-repressão.¹⁸ O primeiro pressupõe uma relação contratual a estabelecer uma fronteira que distingue o legítimo do ilegítimo e, portanto, quando uma relação se torna opressiva; enquanto no segundo tal fronteira desaparece, ou seja, trata-se de uma relação entre luta e submissão em que a obediência à lei ou a qualquer aparato jurídico desaparece à luz de táticas para fins específicos. Sobrepondo tais esquemas, podemos afirmar que o poder nas relações

¹⁵ Pensamento Estratégico da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da ESG, 2002. pp.156-159

¹⁶ RATNER, Michael. “Vague d’intimidations aux États-Unis: Les libertés sacrifiées sur l’autel de la guerre”. In **Le Monde Diplomatique**, Novembro de 2001. pp.20-21; LIARDET, Jean-Philippe. “États-Unis: Une démocratie menacée par le renforcement de la lutte anti-terroriste?” In **NET4WAR**, 14 de janeiro de 2002.

¹⁷ HOUTEN, Pieter van. “The role of a minority’s reference state in ethnic relations”. In **Archives Européennes de Sociologie**, t.39, n.1. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. pp.110-146; LAMIZIÈRE, George. “Cooperação político-militar na América do Sul”. In **Política Externa**, vol. 9 (nº 4). São Paulo: Paz e Terra, 2001. pp.42-48

¹⁸ FOUCAULT, Michel. “Genealogia e Poder”. In **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995. pp.175-177.

dos EUA com outros Estados durante a década de 1990 foi tanto mais eficaz quanto mais conseguiu usar leis e acordos como táticas para *circunscrever momentaneamente sua ação*. Portanto, qualquer ação unilateral pressupõe *cena/enquadramento/localização* para os atores e seus interesses.

Durante a década de 1990, devido ao caráter *à la carte* das negociações internacionais dos EUA – ou seja, a substituição de estratégias baseadas em tratados de longa duração por acordos momentâneos em cenários pontuais de interesse¹⁹ –, podemos observar na sua prática estratégica o entrecruzamento de antigas e mais recentes teorias geopolíticas: das Pan-Regiões (K.Haushofer, 1930); da Tríade e dos Blocos (J.P.Brochard, 1991), base da estratégia de *engajamento* e *alargamento*; das Fímbrias (N.J.Spykman, 1942); e do Choque das Civilizações (S.P.Huntington, 1993).²⁰ Tal conjuntura fez com que se pensasse no Brasil alternativas ao projeto político-econômico de subordinação aos EUA expresso pela ALCA, tornando-se um tema debatido por estrategistas, geopolíticos, militares e membros do corpo diplomático, que conjuntamente reagiram com ampla produção de textos a expressar propostas e análises conjunturais sobre a Segurança Hemisférica.

Em julho de 2002, durante uma conferência proferida na Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro), Lydia Garner²¹ afirmou que, desde 1991, com a desestruturação definitiva da URSS, não existia mais paridade econômica e militar no mundo a fazer frente contra os EUA, daí a possibilidade de se afirmar que se tratava de uma condição de *hiperpotência* e não mais de *superpotência* – termo restrito à experiência histórica da Guerra Fria, momento em que, por ter havido alguma paridade, existia efetividade no termo “*aliados*”. Nesse sentido, é oportuna a sua avaliação quando afirma que os *aliados* de outrora dos EUA foram substituídos por alianças de conveniências momentâneas nas *novas guerras*. No entanto, considero equivocado que ela pense isso como aplicável apenas para o recorte conjuntural pós-11 de setembro de 2001, pois a política externa dos últimos três presidentes norte-americanos já indicava essa mudança de postura, como demonstram, por exemplo: a recusa de apoio à Argentina (1982) e a intervenção em Granada (1983) durante o governo Reagan (1981-1989); a intervenção no Panamá (1989) e no Golfo Pérsico (1991) durante o governo

¹⁹ GARNER, Lydia Magalhães Nunes. As Guerras do Futuro na Nova Ordem Mundial: O Novo Modelo e as Conseqüências para as Forças Armadas Nacionais. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra (Série Conferência), 29 de julho de 2002.

²⁰ MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: Introdução ao Estudo. Rio de Janeiro: ESG-Departamento de Estudos (LS 838/02; DAInt), 2002. pp.40-64

²¹ GARNER, Ibidem Op. cit..

George Bush (1989-1993); as intervenções na Somália (1993), em Ruanda (1994) e Kosovo (1999), assim como os bombardeios na Iraque, Sudão e Afeganistão (1998), durante o governo Clinton (1993-2001).

Além disso, é equivocado que Lydia Garner considere que projetar o poder nacional – seja do ponto de vista militar, seja do ponto de vista financeiro, sob a justificativa da luta contra as drogas e o terrorismo ou a favor dos direitos humanos – tenha esvaziado da guerra o seu caráter político e territorial, o que evidencia uma aceitação acrítica da noção de flexibilização econômica imperante na década de 1990 e sua generalização paradigmática para o campo militar e estratégico. Ora, se um Estado hegemônico afirma unilateralmente que a causa de sua guerra contra outro Estado é a ameaça do tráfico de drogas ou a violação dos direitos humanos, não se pode esvaziar o fator populacional-territorial (interno e externo) no momento de passar da ameaça para a ação, por mais sofisticados e flexíveis que sejam os meios tecnológicos utilizados.²²

Em setembro de 2001, o Presidente Fox, do México, sugeriu ao presidente George W. Bush que desconsiderasse a Carta do Rio de Janeiro em troca de acordos para “combater problemas sociais e o crime organizado”²³; em outras palavras, era o mesmo que afirmar que cuidaria do fechamento da fronteira do norte para evitar a entrada de imigrantes mexicanos ilegais nos EUA. Com isso, Fox pretendia posicionar o México como interlocutor dos EUA na América Latina – e da América Latina perante o mundo. Em tal caso, ficava patente a capacidade de um país mais frágil militar e economicamente tentar usar questões populacionais-territoriais como pontos de negociação em favor de seus interesses estratégicos e, portanto, manipular oportunisticamente o potencial repressivo de uma potência mais forte. Aliás, não faltariam exemplos ao longo do século XX de governos mais frágeis militar e economicamente que tomaram emprestado o poder persuasivo ou dissuasivo de uma potência mais forte para alcançar os seus projetos locais ou regionais de poder.

Portanto, enfatizar os espaços geopolítico e geoestratégico na análise da consecução de interesses e disputas entre Estados é, de certa forma, dizer que não há hegemonia e unilateralismo norte-americano sem a fragmentação de interesses de seus ocasionais aliados e, tirando todas as máscaras, não se deve demonizar relativamente os EUA – mesmo porque seria reproduzir a sua receita fundamentalista de “choque de

²² BONIFACE, *Ibidem* Op. cit. pp.133-138

²³ THOMPSON, Ginger. “Fox urges scrapping of 54-years treaty between U.S. and Mexico”. In **New York Time**, 8 de setembro de 2001. p.A6

civilizações”²⁴ – sem que todos os governos olhem com cuidado se não fizeram, em algum momento, seu próprio pacto infernal. Assim, alterando o enfoque mais recorrente sobre a balança de poderes na década de 1990, podemos afirmar que, se não houvesse algum tipo de enquadramento local para onde convergir interesses estratégicos ocasionais, não haveria como operar algum tipo de ação para a consecução eficaz de interesses extra-locais de potências regionais ou mundiais.

Em 1986, Carlos Meira Mattos lançou o livro “Estratégias Militares Dominantes”²⁵, expondo um estudo geopolítico sobre estratégias militares de defesa em que identificava na época a inexistência de ameaças regionais para o Brasil, mas ressaltava a necessidade de se elaborar uma estratégia defensiva baseada em forças militares compatíveis com a envergadura estratégica do Brasil, de modo a dissuadir possíveis ameaças futuras à sua soberania. Para tanto, Meira Mattos defendia a elaboração de estratégias militares distintas para três áreas geoestratégicas – Atlântico Sul, a Bacia do Prata e a Amazônia – e levantou a possibilidade de se criar duas outras sub-áreas estratégicas no Nordeste e no Centro-Oeste para fazer frente a uma possível ameaça extra-continental.

Em termos de meios militares, Meira Mattos propunha a constituição de forças aerotransportadas e aeroterrestres de pronto-emprego para intervenções rápidas; a construção de uma base aeromaval no arquipélago de Trindade; a criação de um sistema defensivo que possibilitasse a cobertura aeronaval sobre o Atlântico Sul e a cobertura e controle aéreos sobre todo o território nacional através de um sistema de vigilância e de pronta resposta, além de uma maior cooperação com as Forças Armadas regionais. Além disso, Meira Mattos enfatizou a necessidade de maior integração econômica continental da região Amazônica, de modo a escoar a sua produção para o Pacífico. Portanto, tratou da posição do Brasil numa perspectiva geopolítica integracionista do Cone Sul, o que não deixava de ser uma reapropriação das visões pan-regionalista e de domínio de fímbrias, mas com enfoque centrado nos interesses estratégicos do Brasil.

As dificuldades políticas e econômicas das décadas de 1980 não permitiram tornar realidade a maior parte das propostas de Meira Mattos. Por sua vez, a conjuntura internacional da década de 1990 manteve atual as conclusões de seus estudos, demonstrando a necessidade de se aprofundar os estudos geopolíticos e geoestratégicos

²⁴ ALI, Tariq. “Au nom du ‘choc des civilisations’”. In **Le Monde Diplomatique**, Outubro de 2001: pp.18-19; BONIFACE, Ibidem Op. cit..pp.25-31

²⁵ MATTOS, Carlos Meira. *Estratégias Militares Dominantes*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

sobre a América do Sul e o Atlântico Sul e sua inclusão no perímetro de defesa imediata do Brasil. George Lamazière²⁶, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, relacionou em 2001 um grande número de vulnerabilidades da América do Sul em relação a possíveis fatores de justificativa de intervenção estrangeira presentes na Nova Agenda de Segurança do governo George W. Bush, seja em termos militares, seja em termos não-tradicionais (direitos humanos, meio ambiente, direitos dos povos indígenas etc), e, por isso, defendia uma aceleração do processo de cooperação sul-americana como forma de aumentar o nível de segurança regional contra possíveis sobressaltos extra-regionais.

Resumidamente, podemos afirmar que, durante a década de 1990, o governo dos EUA percebeu o fortalecimento do poderio econômico-militar do Bloco Europeu, em vias de expansão em direção ao Leste; do crescente dinamismo e da imensa potencialidade da China, com seu poder de atração em relação aos outros países do Oriente; ao mesmo tempo em que perdeu progressivamente a confiança na continuidade de suas ancoragens estratégicas islâmicas no Oriente Médio (Arábia Saudita) e na Ásia Central (Paquistão). Assim, ao final do período, o governo norte-americano tratou de organizar unilateralmente o seu próprio espaço hemisférico de interesse estratégico através da ALCA, lançando uma proposta de unificação do conjunto Pacífico-Américas como alternativa aos blocos europeu e asiático e, ao mesmo tempo, concorrente com os interesses estratégicos do Brasil. Por isso, a resistência esboçada pelo Brasil levou o governo norte-americano a buscar acordos comerciais bilaterais como forma de minar o peso do Brasil nas negociações.

Em 2002, no manual de Pensamento Estratégico da ESG²⁷, foram expressas algumas considerações básicas sobre as condições para a organização de um projeto coletivo de segurança. Segundo o manual, um sistema coletivo de segurança deveria ter condições de reunir, a qualquer momento, uma força suficientemente capaz de enfrentar, com vantagem, um agressor potencial ou coalizão de agressores, de modo a desencorajar qualquer ataque contra ele; os países envolvidos no sistema deveriam ter os mesmos pressupostos na definição de Segurança e estar dispostos a defendê-la; os países envolvidos no sistema deveriam estar dispostos a reavaliar seus interesses específicos conflitantes em nome do interesse coletivo, evitando acordos bilaterais que

²⁶ LAMIZIÈRE, *Ibidem* Op. cit., pp. 42-48

²⁷ Pensamento Estratégico da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da ESG, 2002.

pudessem enfraquecer a unidade, pois de outra forma não poderiam pôr em prática as necessárias medidas de defesa.

Referências Bibliográficas:

- ALI, Tariq. “Au nom du ‘choc des civilisations’”. In **Le Monde Diplomatique**, Outubro de 2001: pp.18-19
- ALEXANDER, Bevin. A guerra do futuro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: UNB, 1986.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “A Guerra Contra o Terror: Petróleo e Armamentismo”. In **Espaço Acadêmico**, n.16, Ano II, setembro de 2002. (Revista mensal virtual: www.espacoacademico.com.br, ISSN: 1519.6186)
- BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. pp.169-183
- BONIFACE, Pascal. Les Guerres Demain. Paris: Seuil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CASTRO, Therezinha. Geopolítica, princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.
- CÔRTEZ, Marcos Henrique C.. Fundamentos das Relações Internacionais e Conceitos de Atuação no Campo Externo. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da ESG, 2002. [LS 837/02 DAInt]
- DEFARGES, Philippe Moreau. Problemas estratégicos contemporâneos. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- GARNER, Lydia Magalhães Nunes. As Guerras do Futuro na Nova Ordem Mundial: O Novo Modelo e as Conseqüências para as Forças Armadas Nacionais. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra (Série Conferência), 29 de julho de 2002.
- HARDT, M e NEGRI, T. O Império. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo. Cia das Letras.1996.
- HOUTEN, Pieter van. “The role of a minority’s reference state in ethnic relations”. In **Archives Européennes de Sociologie**, t.39, n.1. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. pp.110-146.
- LAMIZIÈRE, George. “Cooperação político-militar na América do Sul”. In **Política Externa**, vol. 9 (nº 4). São Paulo: Paz e Terra, 2001. pp.42-48
- LELLOUCHE, Pierre. Le Nouveau Monde: de l’ordre de Yalta au désordre des nations. Paris: Bernard Grasset, 1992.

ertes sacrificiées sur
l'autel de la guerre". In **Le Monde Diplomatique**, Novembro de 2001. pp.20-21.

REMOND, René (Org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/FGV, 1996.

SANTOS, Boaventura Souza. "Por uma concepção multicultural dos direitos humanos". In **Identities: Estudos de Cultura e Poder**. São Paulo: Hucitec, 2000. pp. 21-26;
HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1993. pp.163-176

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et alii. Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Idéias, Instituições e Personagens. Rio de Janeiro: MAUD, 2000.

Fontes:

BRASIL. Presidência da República. Política de Defesa Nacional. Brasília: 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. Avança Brasil: proposta de governo. Brasília, 1998.

_____.discurso sobre Política de defesa. Parcerias Estratégicas, Brasília, v. 1, nº 2, p. 16-18, dez. 1996.

CLINTON, William. A National Security Strategy of Engagement and Enlargement. Washington, DC: 1995.

Documentos selecionados do site da Organização dos Estados Americanos – WWW.OEA.ORG, referentes à Junta Interamericana de Defesa, à Comissão de Segurança Hemisférica e à Colégio Interamericano de Defesa:

Tratado Americano de soluções Pacíficas, "Pacto de Bogotá". Bogotá: 1985.

Conferência Regional sobre medidas da Confiança e Segurança. Santiago: 1995

Resolução AG/RES. 1353 (XXV-O/95) Criação da Comissão de Segurança Hemisférica. Washington. 1995.

Reunião dos Ministros da Defesa em Williamsburg. Virginia: 1996.
II Conferência de Ministros da Defesa das Américas. San Carlos de Bariloche: 1996.
Conferência Regional de San Salvador sobre medidas de fortalecimento da Confiança e da Segurança de acompanhamento da Conferência de Santiago. San Salvador: 1998.
III Conferência de Ministros da Defesa. Cartagena: 1998
Tabela de Tratados Multilaterais de Controle de Armas e Desarmamento. Washington: 1999.
Reunião Especial da Comissão de Segurança Hemisférica sobre Conceitos de Segurança. Washington: 1999.
IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas. Manaus: 2000.
A Segurança Coletiva na OEA. Washington: 2000.

Fontes selecionadas da Revista publicada do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro, 1996:

SARDENBERG, Ronaldo Mota. O Brasil e o mundo no século XXI. pp.01

LEONEL, Benedito Onofre Bezerra. As Forças Armadas Brasileiras. pp 09

LAMPREIA, Luiz Felipe. Uma visão do Itamaraty. pp.26

HUNTINGTON, Samuel P. “**The Clash of Civilizations?**”. In Foreign Affairs, 1993. 28p.
(www.lander.edu)

SHALIKASHVILI, John M. National military strategy of flexible and selective engagement. Washington, DC; 1995.

_____. National military strategy of shape, respond, prepare now: a military strategy for a new era. Washington, DC; 1997.

UNITED STATES OF AMERICA. National Security Strategy. The White House, August 1991.

Fontes Complementares:

ALMEIDA, Paulo Roberto. Mercosul e Alça na perspectiva do Brasil: uma avaliação política sobre possíveis estratégias de atuação. Washington, 2001.

Atlântico Sul: Geopolítica e geoestratégia. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos DA ESG, 2002. [LS 808/02]

COSTA, Darc Antônio da Luz. Mercosul: Concepção estratégica. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da ESG, 2001. [LS 818/01; DAInt]

GÓES, Guilherme Sandoval. A evolução do pensamento estratégico norte-americano a partir da fragmentação nuclear e seus reflexos no Brasil. Revista Marítima Brasileira, 2002.

O Brasil e a “Nova Ordem Mundial”: enfoque geopolítico. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da ESG, 2002. [LS 820/02]

Pensamento Estratégico da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da ESG, 2002.

Sistema Coletivo de Defesa no Cone Sul. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da ESG, 2000.

SWEIG, Julia E. What kind of war for Colombia ?. Foreign Affairs. September/October 2002.

THOMPSON, Ginger. "Fox urges scrapping of 54-years treaty between U.S. and Mexico". In **New York Time**, 8 de setembro de 2001. p.A6